

RESGATE ARQUEOLÓGICO UHE BALBINA: DE QUEM É O PASSIVO?

RESCATE ARQUEOLÓGICO BALBINA UHE: ¿QUIÉN ES EL PASIVO?

Daniel Lopes Comapa Cavalcante¹

RESUMO:

Em linguagem objetiva este artigo apresenta uma síntese retrospectiva das atividades desenvolvidas por força do conceito “Arqueologia Preventiva em especial aquelas relativas a 1ª etapa (1987), do Projeto de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da UHE Balbina e seu entorno, Traça um paralelo com a legislação pertinente e compara com outros trabalhos similares, e busca no presente identificar quem é o responsável pelo passivo da UHE Balbina.

PALAVRAS-CHAVE: UHE Balbina; Passivo Arqueológico; Arqueologia Preventiva; Resgate Arqueológico.

RESUMEN:

En un lenguaje objetivo este artículo presenta una síntesis retrospectiva de las actividades desarrolladas por fuerza del concepto "Arqueología Preventiva en especial aquellas relativas a la 1ª etapa (1987), del Proyecto de Salvamento del Patrimonio Cultural y Arqueológico de la UHE Balbina y su entorno, Traza un paralelo con la legislación pertinente y compara con otros trabajos similares, y busca en el presente identificar quién es el responsable del pasivo de la UHE Balbina.

PALABRAS CLAVE: UHE Balbina; Pasivo Arqueológico; Arqueología Preventiva; Rescate Arqueológico.

O Estado do Amazonas, assim como toda a Amazônia legal brasileira e internacional, possui altíssimo potencial arqueológico. Isto vem atraindo desde o século XIX pesquisadores a estas terras, a exemplo dos naturalistas do final século XIX, (Bates e Von Martius entre outros) e os Etnólogos do início do século XX, (Kurt Niumendajú, Barbosa Rodrigues), assim como Arqueólogos a partir dos anos 1940/1950 do mesmo século, (Peter Paul Hilbert, Beth Meggers e Cliford Evans). Este espaço-físico e geográfico é delimitado hoje por fronteiras nacionais e internacionais, apresentando características de grandes assentamentos populacionais à margem dos seus rios e também na terra firme, ou seja, no extremo das matas e florestas do Estado. A exemplo da imensa quantidade de material arqueológico que é encontrado cada vez que vai ser construída uma obra, em qualquer um dos municípios do Estado do Amazonas, assim como das

¹ Bacharel em Arqueologia pela UEA (Universidade do Estado do Amazonas), e mestrando em História pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas).



gigantescas áreas de (TPI) Terra Preta de Índio² que são encontradas em toda a área da Amazônia legal e internacional.

É neste contexto que existe uma forte pressão sobre os projetos de salvaguarda do patrimônio arqueológico. Nisso é absorvida toda mão de obra disponível envolvendo os acadêmicos de arqueologia e graduados nos diversos cursos de bacharelado em Arqueologia existente no País, ou mesmo os de pós-graduação, principalmente os *stricto sensu*. A pressão se agrava, por causa da urgência desses projetos, e das vantagens financeiras que eles oferecem. Logo se tornou e se torna cada vez mais visível a quantidade de portarias para execução de trabalhos arqueológicos para pequenos e grandes empreendimentos. Acompanhando esse processo houve um aumento significativo da mão de obra especializada, a exemplo dos cursos de graduação na área existentes hoje no Brasil, a partir da primeira Faculdade de Arqueologia (Marechal Rondon) surgida no Rio de Janeiro em meados da década de 1970, até o 1º Curso de Arqueologia no Estado do Amazonas oferecido pela UEA, (Universidade do Estado do Amazonas) no final da primeira década do século XXI.

Nesta pesquisa foi levantada uma questão que é de grande valia e que corresponde a realidade arqueológica de uma época e seus aspectos atuais. Portanto, é apresentado neste artigo as linhas que contornaram o projeto de salvamento arqueológico da UHE³ Balbina, ocorrido nos anos 1980. Por meio de uma leitura coerente, pelas observações e comparações com o que é hoje realizado, de forma crítica para que se possa aprender com os equívocos e erros desse projeto, ou mesmo com as vitórias ou resultados satisfatórios, sob a égide da Arqueologia Preventiva⁴ e levando em consideração a legislação vigente. O projeto citado, é abordado de forma que possa situar à época em que ocorreu, e compará-lo com as realidades sociais do Brasil no momento.

Sobre Passivo Arqueológico

Passivo Arqueológico vem de passivo Ambiental como Apresenta Caldarelli (2010) sobre a ligação entre passivo Ambiental e Arqueológico. Pois quando um empreendimento agride de algum modo um espaço territorial. Logo, determinado bem arqueológico é ou pode ser afetado criando um passivo arqueológico, que nesse caso é irreversível, pois não existe a possibilidade de sua recuperação apenas de sua compensação, que é arcada pela empresa

² Solo de coloração escura muito fértil e produzido por ação humana em períodos pré-coloniais.

³ Usina Hidrelétrica.

⁴ Estudos prévios sobre o patrimônio arqueológico em razão do cumprimento da legislação vigente para obtenção de licenças ambientais.



responsável. Por tanto, estamos respaldados desde do Decreto de Lei 25/37 passando pelas portarias 230/2002 até a Portaria IPHAN 28/2003. Que fala explicitamente das Hidrelétricas (<http://portal.iphan.gov.br>) mais de 20 anos depois do resgate arqueológico ocorrido na UHE Balbina, além da mais recente Instrução Normativa de 2015.

A UHE Balbina

A Bacia do Rio Uatumã faz parte da complexa e intrincada rede hidrográfica amazônica, a qual principalmente a partir do século XIX, vêm sofrendo profundas alterações, sempre relacionadas à exploração dos seus abundantes recursos naturais, tornando-se palco de violentos conflitos e ações governamentais equivocadas, cujos impactos alteraram toda a sua dinâmica e, conseqüentemente, a produção e reprodução do espaço pelos seus diversos agentes. E é principalmente a partir da década de 1960, com o Estado brasileiro definindo novas estratégias para o desenvolvimento regional, que a Amazônia é inserida no processo de integração nacional, através dos “Grandes Projetos” ou “Projetos de Grande Escala”, tornando-se alvo de ações político-governamentais baseadas na reprodução dos interesses do capital (nacional e estrangeiro), as quais, ao invés de propiciar o equilíbrio, acentuaram as desigualdades econômico-espaciais. Tais projetos se voltavam à industrialização, mineração e geração de energia elétrica, entre outras atividades que, via de regra, são extremamente impactantes ao meio ambiente natural e cultural.

É neste contexto que a Bacia do Rio Uatumã passou a ser intensamente explorada e modificada, ganhando repercussão internacional, tamanha a devastação ambiental e social ali configurada pelos interesses divergentes e conflitantes do Estado desenvolvimentista.

É nesse contexto que a UHE - Balbina nasce. Esta, que está situada a 72 quilômetros da BR-174, com acesso no quilômetro 102 dessa rodovia, cortada por uma via estadual, AM 240, que possibilita o acesso viário a esta Usina. Teve os primeiros passos para a sua implantação no início dos anos 1970, com os estudos da viabilidade que culminaram com a autorização para sua construção em 1976. Essa hidrelétrica alagou 2460 Km² de floresta, interferiu em dois grupos culturais – os Caboclos (Ribeirinhos) e os Indígenas (Waimiri e os Atroari), e produz apenas 250 MW de energia, tornando-se o quilowatt de energia mais caro do Brasil, em relação aos danos causados aos patrimônios paisagístico, ecológico e cultural.



Imagem 1: Acervo Milton Salgado e Arminda Mendonça de Souza
Vista aérea da UHE Balbina

Com relação a construção da UHE Balbina, é importante destacar alguns dados que servem para nortear o entendimento da sua implantação. Conforme citado, os estudos de viabilidade foram realizados nos primeiros anos da década de 1970 e a autorização para sua construção data de 1976. Prevista para entrar em operação em 1982, quando ainda não havia legislação específica da Realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e consequentemente Relatório (RIMA), de acordo com Souza (1995, p. 170), a realização dos resgates se deram em virtude da necessidade de obter aporte financeiro dos Bancos Internacionais, já que a obra vinha se “arrastando” pela falta dos recursos, e muito havia sido extrapolado a data prevista para sua inauguração, e já se estava em meados dos anos de 1980.

Neste ínterim, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, movido pela celeuma internacional suscitada pela “corrida” energética instaurada, principalmente pela Usina de Balbina, baixou a resolução nº 001/1986 (publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 23 de janeiro deste mesmo ano), na qual era exigido um Diagnóstico Ambiental em qualquer obra causadora de impacto ao meio ambiente, principalmente no que se refere ao meio sócio econômico, onde se insere a arqueologia. Esta foi a pedra de toque para que o consórcio MONASA/ENGERIO, iniciasse as tratativas para realização do resgate do Patrimônio Arqueológico da área com o aval da ELETRONORTE, a partir de julho de 1986, que culminou com a assinatura de convênio com o Governo do Estado do Amazonas, para realização do resgate a ser viabilizado pelo Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas – CEDPHA.



Entre o prazo da assinatura do Convênio e o Ofício de autorização do resgate arqueológico transcorreu o prazo regulamentar de cerca de 90 dias com uma eleição no meio e consequente mudança política- administrativa no âmbito do Estado e como tal, mesmo com a equipe a postos, só foi possível entrar na área em fins de março de 1987. Enquanto isso a ELETRONORTE, na busca de captar novos investimentos junto a Bancos internacionais, mas levando em conta o “desastre” que foi o resgate da fauna na UHE Tucuruí.

Nessa perspectiva iniciou-se o Projeto Muiraquitã: salvar espécimes da fauna solicitados por zoológicos e centros de pesquisa etc. Nacionais e estrangeiros que, atendendo a campanha da ELETRONORTE os solicitava, com comprovação de capacidade científica – financeira para mantê-los. Isto porque em Tucuruí segundo Souza (1995), os animais eram resgatados e como tal submetidos a stress, eram soltos em lugares onde já existiam populações de outros animais perfeitamente integrados aquele habitat, que se defendiam dos recém chegados que fragilizados acabavam morrendo. Por esta razão, foi criado o Centro de Preservação Ambiental - CPA.

Dotado de: área administrativa, Museu (salas de exposição da fauna, com espécimes taxidermizados⁵ e/ou e fixados em formol, assim como minerais e rochas, artefatos étno-indígena; e arqueológicos), com seus respectivos laboratórios e o último espaço a “casa de redes” Waimiri – Atroari na qual ambas as etnias ficariam alojadas quando trouxessem seus artefatos para comercialização, já que existia a previsão de loja de souvenir. Com relação a estas etnias, os quais, apesar de constarem na literatura como sendo uma única são duas, e o fato de terem se aliado em defesa do território é o responsável por este equívoco. O CPA, lentamente ao longo destes quase 30 anos se decompõe, assistido por 4 blocos contendo cada um, gravuras rupestres⁶, retirada da área que fora alagada, além do Centro de Proteção da Fauna, cuja origem está vinculado a Projeto do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. O mais grave de tudo é que Balbina é Área de Segurança Nacional, e nem mesmo este fato foi capaz de impedir sua destruição.

⁵ O mesmo que empalhados.

⁶ Inscrições feitas nas rochas, geralmente em baixo relevo e com técnica distinta, diferente de pintura rupestre este registro não envolve o uso de pintura.



Imagem 2: Acervo Milton Salgado e Arminda Mendonça de Souza
Vista interna do CPA Material arqueológico remexido

De todos os citados acima, o único que sobrevive em seu espaço original é o da Fauna, mesmo decadente, luta bravamente para sobreviver, o que não aconteceu com o CPA, cujo acervo de arqueologia, e o de espécimes da fauna taxidermizados ou fixados em formol, após o desabamento passou a dividir o espaço de uma das casas da Vila Waimiri habitada, no “pico” de sua construção, pelos técnicos graduados e a Vila Atroari e pelos técnicos de nível médio, exceção ao superintendente da obra, Engenheiro Francisco Queiroga, cuja casa, recebeu a assinatura do arquiteto Severiano Porto.

Esta Vila experimentou dois diferentes estágios: A efervescência, após o fechamento das comportas e depois de cidade fantasma na atualidade. Assim, Balbina, que foi até sede da Universidade do Trópico Úmido, instituída no Governo Amazônino Mendes, nos anos de 1990, que nunca saiu do papel, continua num marasmo decadente. Mas este “estado de coisas” não é uma prerrogativa do Estado do Amazonas, amenos pior segundo Souza (informação pessoal), foi a da UHE Tucuruí, porque tinha o respaldo de uma instituição de pesquisa centenária e como tal, consolidada, não sujeita a “mudanças” climáticas político-administrativas, pois mesmo quando estas acontecem, são menos violentas, o que acontece é, se priorizar uma determinada área do conhecimento humano, relegando as demais, ao ostracismo de uma gestão.

Um caso sem dúvida gravíssimo de passivo arqueológico, foi o que ocorreu no sítio Arqueológico⁷ Nova Cidade, que para construção de casas populares destruiu-se 62.000² de

⁷ Locais onde são encontrados vestígios de atividade humana do passado e/ou contemporâneo em sua dimensão material como: cerâmicas, instrumentos de pedras, arte rupestre, ruínas etc. ⁸ Salvamento Arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina.



área verde abrangendo uma enorme quantidade de sítios, sobrando apenas uma pequena área na periferia do conjunto, que pela erosão (voçoroca) do solo está destruída, além de ter se tornado área de desova humana, um lugar abandonado que poderia muito bem ser construído um museu comunitário apresentando os inúmeros artefatos coletados no local, que até onde se sabe uma parte está salvo-guarda no Museu amazônico - UFAM. Nisto faz-se necessário a pergunta, porque até os dias de hoje não houve nenhuma medida mitigadora, obrigando os responsáveis por esse passivo a pagarem de alguma forma já que esse crime ocorreu em meados de 2001. Sabe-se que a mais de 15 anos há uma ação no Ministério Público que se desenrola e não pune ninguém.

O resgate Arqueológico e o Saldo apresentado

A partir de 1979 acontece a primeira pesquisa arqueológica na área do Uatumã levada a cabo pelo Museu Paraense Emilio Goeldi, patrocinada pelo Smithsonian Institution e dirigida pelo arqueólogo Mario Ferreira Simões. A área pesquisada abrangia o baixo rio Uatumã, desde a sua foz até o rio Bacabudá, o baixo curso do rio Maripá e baixo Jatapuú. (Corrêa 2009) e há também algumas referências de trabalhos realizados por Barbosa Rodrigues, relativo a área do Jatapú (baixo Uatumã) afluente do rio Uatumã (Mendonça 1995).

Os trabalhos do que atualmente é denominado de arqueologia preventiva, à época era apenas Salvamento Arqueológico - na área do Uatumã a ser alagada. Tendo início nos anos de 1980, mais precisamente em 1987 a 1ª etapa e em 1988 a 2ª etapa respectivamente. Em detrimento da pomposidade do título do Projeto e de sua proposta grandiosa: “Projeto de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da UHE Balbina e seu Entorno SAUHEB, em termos do patrimônio cultural já seria quase impossível mensurar, principalmente se for levado em conta as duas vertentes deste patrimônio: material, e imaterial, o qual aliado ao arqueológico numa área a ser diretamente afetada ADA, cuja extensão assumida pela ELETRONORTE é de 2.460 km².

Isto tudo resultou, na 1ª etapa em (1987): do rio Uatumã e afluentes foram percorridos apenas de 345km a montante e 30 km a jusante, por barcos a motor em trilhas e poucas estradas, por caminhonete.

O pouco tempo disponível apenas 8 meses, não permitiu prospectar e pesquisar a grande maioria dos sítios, localizados acima da cota de 50m acima do nível do mar, mas mesmo assim no decorrer desta 1ª etapa foram identificados, registrados e salvos 121 sítios arqueológicos. Em virtude de Simões ter pesquisado 21 sítios no baixo rio Uatumã, o 1º sítio arqueológico

identificado pelo SAUHEB, o sítio arqueológico da Neca, recebeu a sigla AM-UR-22. Parcialmente destruído por abertura de acesso para área de empréstimo, foi alvo de escavação de uma unidade de escavação⁸ de 2m², sendo todo o material cultural retirado em nível, lavado e marcado. O diferencial deste sítio arqueológico em relação aos similares, foi a ocorrência de um artefato de arte mobiliária lítica, conhecido popularmente como Muiraquitã, que além de ter dado nome ao Projeto de Resgate da Fauna, foi tirado molde e reproduzido em metal, para servir de souvenir, quando do fechamento das comportas para enchimento do lago artificial. Este objeto, posteriormente, quando da mudança da 1ª para a 2ª etapa e conseqüentemente de coordenação, desapareceu, sendo alvo inclusive de investigação por parte da Polícia Federal que até 2011 ainda não havia encerrado as investigações.



Imagem 3: Acervo Milton Salgado e Arminda Mendonça de Souza
Artefato de Arte mobiliária Lítica

Com relação da mudança de coordenação, na virada de 1987/1988, a primeira coordenadora, do SAUHEB esteve na coordenação de Arqueologia do IPHAN do Rio de Janeiro, na pessoa da Arqueóloga Regina Coeli Pinheiro da Silva, comunicando sobre os problemas de substituição da arqueóloga responsável pelo Projeto, o que motivou sindicância por parte do IPHAN, com a vinda dos técnicos à Balbina (Souza, Informação pessoal em novembro de 2012). Em termos do saldo resultante da 1ª etapa datado de dezembro de 1988 (período que praticamente coincide com o término do SAUHEB), em trabalho acadêmico de Mestrado de Arminda Mendonça de Souza encontrou-se um “Resumo dos Resultados Obtidos pelo Programa SAUHEB – período de 29/04 a 15/12/1987 – 1ª “etapa” em papel timbrado do

⁸ Quadrícula ou quadra onde são feitas as escavações.



Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico do Amazonas – CEDPHA no qual consta o que segue: Dos 121 sítios localizados; 86 foram pesquisados (2ª informação verbal da signatária, todos com pelo menos uma unidade de escavação de controle estratigráfico¹⁰ inclusive os destruídos, nos quais o material cultural, nitidamente não estava em seu contexto original); 8 destruídos; e 27 identificados e deixados para serem analisados em 1988, após o recesso natalino.

Com relação aos tipos de sítios arqueológicos: 49 eram de Habitação; 16 de Acampamento; 22 de Registro Rupestre (1 único com pintura) e 21 com gravações; 15 blocos de polidores (oficina lítica) com mais ou menos 150 deles; 7 blocos de afiadores com 42 sulcos; 1 sítio de arqueologia industrial; e 11 não identificados por encontrarem-se totalmente destruídos sendo que em 8 deles foram abertas unidades e 3 compõe os 27, deixados para serem pesquisados posteriormente. Em termos do quantitativo de material cultural recuperado, no mesmo documento constam os seguintes dados: “aproximadamente” 1.570.000 fragmentos cerâmicos; 3.000 fragmentos líticos (artefatos de pedra, inteiros e fragmentados); 6 recipiente cerâmicos inteiros ou quase; 12 recipiente cerâmicos passíveis de restauração; 5 pães de índio naturais (tipo de fungo consumido por alguns grupos étnicos indígenas de Amazônia, inclusive os Waimiri com quem a equipe manteve maior contato); 1 Pão-de - índio cultural (fabricado com a massa da mandioca defumado);1 canoa Waimiri de aproximadamente 50 anos; Maquinário da Usina–Pau – Rosa (Retirado pela área técnica – Engenharia – de Balbina); 4 blocos, cada um contendo uma gravação (retirado pela área técnica de Balbina e até hoje na lateral do CPA assistem silentes a derrocada do imóvel);1 peça de arte mobiliária lítica (o Muiraquitã);141 sinalizações rupestres grande maioria “decalcadas” em 70 cópias em plástico transparente; 1.500 fotografias e conseqüentemente, seus negativos. Ainda neste mesmo documento, citado anteriormente constam “ Atividades Paralelas” com a seguinte relação: Participação na IV Reunião Científica da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) com apresentação de 3 trabalhos originais (realizado em Santos, SP, no mesmo período em que antecipadamente as comportas da barragem foram fechadas, em comemoração ao aniversário do Superintendente da Obra, Engenheiro Nelson Queiroga,

(de acordo com informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza, o que fez com que um dos componentes do grupo, Joaquim Perfeito da Silva, abandonasse a Reunião e voltasse a Balbina para tentar registrar mais sítios de Arte Rupestre). Finalizando o documento e assinado pela coordenadora científica e pelo sub – coordenador constam, as “Atividades em Andamento”, onde estão listados Projetos e Propostas de Projetos futuros:- Projeto de Exposição Permanente de Arqueologia do CPA: Da Arqueologia do Rio Uatumã, montada



“domesticamente, com pranchas de fotos e kits de sensibilização; - Propostas: Montagem da Usina – Pau-Rosa (parte do maquinário removido pela técnica e depositado na área lateral do Colégio Pitágoras; - à época). Exposição Itinerante de Pôsteres; - Montagem de réplica de Maloca das etnias indígenas locais para comercialização de artesanato; - “Arte Popular de artefatos confeccionados pela população ribeirinha do Uatumã, inclusive de réplicas de material arqueológico. Esta população ocupou algumas casas da Vila Atroari, feitas para técnicos menos graduados, após o fechamento das comportas e consequente seca do Uatumã à jusante.

O documento em questão é extremamente pontual em relação ao que foi realizado em 8 meses de trabalho exaustivo e extremamente válido em termos. Dos resultados obtidos, apesar de se ter encontrado referência em Miller (1992), que a grande maioria do material cultural recuperado era proveniente de coleção de superfície, bem no estilo dos arqueólogos do PRONAPA e seu sucedâneo PRONAPABA. O que de acordo com as informações encontradas tanto pessoal da autora de ambos, o que ocorreu foi a inexistência de condições mínimas, para que o arqueólogo sobrevivente da primeira equipe a entrar na SAUHEB, contratado pelo Município de Presidente Figueiredo e lotado no CPA, para zelar pelo acervo arqueológico ali existente.

Tanto assim que em dezembro de 1990, a ELETRONORTE contratou o arqueólogo Dr. Marcus Vinicius de Miranda Corrêa, para proceder a análise do material arqueológico que iria participar da popularmente denominada Rio/92, cujo os resultados fazem parte da publicação editada pela ELETRNORTE com aporte financeiro do Smithsonian Institution, que também apresenta resultados da arqueologia da UHE Tucuruí (Simões) e da UHE Samuel (Miller), muito embora o material cultural a participar do evento tenha sido apenas de Balbina, já que o de Tucuruí, após a morte de Simões não estava acessível e o de Samuel em litígio como Governo do Estado, conforme citado anteriormente, apesar de estar sob a guarda de instituição de pesquisa particular.

Com tudo isso decorrido houve o surgimento do problema da guarda do material resgatado. Pois já em 1991 a arqueóloga Arminda Mendonça de Souza denunciava a situação em que se encontrava parte do material instalado precariamente em duas salas de aula de uma Escola Municipal, na sede Otávio Lacombe, esse material cultural, grande maioria ainda acondicionado conforme saiu do sítio, e algumas poucas peças, sobre carteiras escolares segundo Arminda Mendonça tinha sido submetido a traumas em função da reforma do prédio, recebendo inúmeras gotículas de tinta citando apenas problemas mais óbvios, fora os mais graves a exemplo do “restauro” feito por um funcionário público que consolidou as peças com cola “polar” e fixou-as com fita “duréx”.passando a ser carro chefe do referido “museu”



escolar (Mendonça de Souza 1995). Posteriormente entre ouvido mas não confirmado, este material em vez de ser devolvido para o Distrito de Balbina área da Hidrelétrica, foi transferido para Manaus, possivelmente para IGHA (Instituto Geográfico e Histórica do Amazonas), ou para o próprio IPHAN à época SPHAN quando de alternância político-administrativa no Município. Em termos legais, o fato curioso é que o SAHUEB é contemporâneo a resolução CONAMA nº 001/1986, e antecede a Portaria do IPHAN nº 07/1988 e é mais velho 15 anos que a Portaria IPHAN nº 230/2002 e 28/2003.

Talvez esta tenha sido a razão de se poder inferir que a inexistência desses documentos legais houvessem criado campo propício aos problemas relatados. Importante de tudo é destacar que mesmo nos sítios registrados como destruídos, foi aberta uma unidade de escavação com controle estratigráfico⁹ (Mendonça, 1995).

No total, nas duas fases foram registrados 150 sítios arqueológicos registrados *in loco*. Segundo o relatório da ELETRONORTE (1991). Entretanto de todos os documentos consultados o mais elucidativo é o “Resumo” em papel timbrado do CEDPHA, para entender mesmo que superficialmente a grandiosidade da ocupação humana pré-colonial naquela área.



Imagem 4: Acervo Milton salgado e Arminda Mendonça de Souza
Arqueólogo Joaquim Perfeito da Silva e Assistente de campo Raimundo Vogel
Delimitando a estratigrafia da unidade 2x2m

⁹ Método de controle sobre as camadas de solo sobrepostas



UHE Balbina: O passivo é de quem?

Vinte e seis anos após sua execução, o SAUHEB ainda permanece como uma grande incógnita. E o fato de não se entender o que aconteceu até hoje incomoda os pesquisadores que ali atuaram. Afinal o ritual foi cumprido: pedido de autorização de pesquisa ao órgão legislador e Fiscalizador das coisas do patrimônio, o IPHAN (à época o SPHAN); autorização concedida; dinheiro não faltou, mesmo porque os resultados obtidos pela arqueologia, serviam como instrumento para a concessão de aporte financeiro junto aos Bancos internacionais; recursos humanos existiam em quantidade suficiente, a pesquisa era do Governo do Estado. Então qual a razão para não ter dado certo? Mais incompreensível ainda é o fato dos resultados obtidos terem servidos para a ELETRONORTE participar da RIO/92, inclusive expondo material cultural/arqueológico. Sobre isto, conforme referido anteriormente, em que pese a publicação ter apresentado dados provenientes da UHE Tucuruí, UHE Salgado, e UHE Balbina, o acervo exposto foi o de Balbina, já que os dos outros dois estavam inacessíveis. Sobre isto importante registrar que até fins de 1991 e princípio de 1992 o material arqueológico ainda se encontrava em condições de ser analisado, tanto assim que dos 4 a 5 sítios analisados apenas um apresentou problema e fez com que fosse desconsiderado em razão da não confiabilidade no material¹⁰, mesmo assim, após o mês de junho/julho, período da Rio/92, com os resultados da análise já publicados, a ELETRONORTE possivelmente tendo atingido seu objetivo, de se justificar perante a opinião pública pelo desastre que foi a UHE Balbina, parece que perdeu o interesse ou tenha considerado que tenha cumprido seu dever e como tal havia cessado sua responsabilidade para com o acervo constituído, e passou a atrasar o pagamento do arqueólogo, que chegou a ficar um ou dois meses sem receber, que acabou por obrigá-lo a solicitar o seu afastamento.

O Estado por sua vez, após as várias mudanças de governador não tomou conhecimento ou simplesmente ignorou isto, apesar de ter assumido e executado a implantação da exposição em duas grandes salas do CPA, deve também ter partido da premissa de que sua responsabilidade havia cessado. Por outro lado o IPHAN que até mesmo, havia constituído e mandado equipe a Balbina, quando da mudança de coordenação do Projeto janeiro/fevereiro de 1988, possivelmente por não ter conseguido reverter o quadro, ignorou o desfecho da SAUHEB. Certo é que não se tem notícia do envolvimento dos dois últimos, quando da transferência do acervo do CPA para uma casa na Vila Waimiri, não houve o cuidado de identificar o material

¹⁰ Na maioria dos sítios foram abertas pelo menos uma unidade de escavação com controle estratigráfico, as quais foram subdivididas e 4 quadrículas identificadas por letras. No sítio citado, quando estava analisando o corte D, encontrou-se um fragmento marcado do sítio da Neca a 50/60 de 2m de profundidade.



exposto, fazendo com que, Souza (informação pessoal) em visita ao Museu, em companhia dos acadêmicos do curso de Turismo da UEA, em Figueiredo tenha se chocado, quando constatou que algumas painéis resgatadas por ela no sítio Tapupunã (área indígena) contarem com a identificação de outro sítio, segundo ela até mesmo o painel fotográfico aparece o arqueólogo Marco Antônio com legenda de pesquisa no sítio Tapupunã, sendo que os únicos arqueólogos a trabalhar nesta área foi Joaquim Perfeito da Silva, além da coordenadora e também antropóloga que por esta razão supriu a exigência da FUNAI, de acompanhamento desse profissional, em qualquer atividade em Terra Indígena, ou seja, o arqueólogo Marco Antônio não participou do resgate arqueológico em Tapupunã.

Apesar de tudo isto, peças que estavam na exposição do CPA, com a identificação do sítio de proveniência, quando removido para a nova exposição, na casa foram colocadas como pertencentes a outro sítio, e mesmo sem a ajuda de um museólogo. Balbina se tornou página virada e exemplo negativo para os demais arqueólogos não envolvidos na questão. No entanto de quem seria o passivo? Baseado nas informações é possível dizer que Incidia-se sobre a ELETRONORTE? Governo do Estado e Federal? Na figura do IPHAN ? Responsável mais pela legislação e fiscalização do Patrimônio Cultural em geral onde se inseria o Arqueológico, finalizando sua intervenção com questionamento sobre quem era o responsável pelo passivo.

E este fato foi determinante para decidir o tema deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, DISCUSSÕES E SUGESTÕES

A partir do levantamento de dados, bem como da elaboração deste texto, acredito que já seja possível responder a questão que dá título a este artigo. Portanto, o que se percebeu foi a inexistência de um diálogo entre a ELETRONORTE a executora da obra por meio do Consórcio MONASA/ENGE-RIO, além de outro, a exemplo da Gutierrez, Camargo Corrêa; o Governo do Estado do Amazonas – CEDPHA o executante do Salvamento por intermédio do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas e o – IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, responsável maior pelas questões do Patrimônio Arqueológico, em termos do cumprimento da legislação da fiscalização pela obediência das leis que regem a matéria, e finalizando o arqueólogo, desde que lhe seja concedido o direito de cumprir as determinações legais, o que no caso da SAUHEB, implica em conhecer o que foi realizado e os resultados obtidos na 2ª etapa (1988), bem como, após o



termino desta quando um terceiro arqueólogo possa a ser o guardião do acervo arqueológico constituídos nas duas etapas de campo.

Entre os questionamentos e afirmações, sobre o trabalho de Salvamento Arqueológico ocorrido na UHE Balbina na década de 1980. Temos questões bem relevantes; tal como a proposta de transformação da Vila de Balbina em eco-museu, socializando o espaço que seria gerenciado pelos próprios moradores, proposto pela Arqueóloga Arminda Mendonça de Souza, em sua dissertação de Mestrado sobre a UHE Balbina, o que de certa forma poderia vir a proteger ou até mesmo salvar da degradação em que se encontra o acervo arqueológico salvo constituído em 1987/1988.

A proteção dos sítios remanescentes a exemplo do Sítio de Pintura Rupestres (Gruta do Batismo) e outros encontrados após o enchimento do Lago Artificial da UHE Balbina, principalmente nas ilhas que se formaram, não pesquisados por estarem localizados na cota de 50m acima do nível do mar.

Entretanto o visitante que desejar ir a Balbina e quiser conhecer o Museu citado não conseguirá entrar, sendo mais prudente ficar na área externa, pois no local há limitações não arquitetônicas, mais de segurança, pelo tempo de abandono. Nesta visita será possível apenas ver os blocos petroglíficos (gravações rupestres) que estão do lado de fora, do espaço arquitetônico Centro de Preservação Ambiental – CPA.

Sabemos que existem reservas florestais, biológicas e a bem justa Reserva etnológica Indígena Waimiri -Atroari. Entretanto a questão maior que dá título a este artigo: é de quem é o passivo gerado pelo descaso com esse material cultural, que é legalmente Patrimônio Nacional, e quem vai pagar pela degradação do material arqueológico. Por fim ficou que a construção da UHE Balbina, não cumprir a finalidade para que foi criada, pois não produz energia suficiente, para suprir sequer, a demanda gerada por Manaus, no Estado do Amazonas.

De qualquer forma, mesmo que estas questões não tenham sido solucionadas, é importante que se tenha conhecimento sobre elas, já que remetem a uma época de implantação dos grandes empreendimentos e junto com eles regras ambientais e patrimoniais cada vez se tornam mais específicas, mesmo que não cumpridas na maior parte das vezes refletindo a falta de vontade dos empreendedores, que vêm nesses mecanismos de proteção uma grande “pedra” atrapalhando seus interesses.

Por fim vemos que hoje a prática do fazer arqueológico, é cada vez mais conhecida no Brasil, e o número de consultoria em arqueologia cresceu a cada ano. O esperado é que haja mais responsabilidade e comprometimento por parte dos envolvidos com relação a este “fazer arqueológico” (arqueologia de contrato, consultiva ou preventiva) tanto pelos empregadores,



tal como pelos profissionais de arqueologia. Para isso nos preocupar com a questão do passivo arqueológico, trabalhando na prevenção desses fatores, para que ocorra cada vez menos até chegar-se ao ideal de quanto a preservação do Patrimônio Cultural.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDARELLI, Solange Bezerra.** Passivos arqueológicos, Limites Temporais e Modos de Abordagem - **Anais do VI Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, p. 107-130. Florianópolis, SAB/SUL, 2009**
- CALDARELLI, S., & Santos, M. do C. (2000). **Arqueologia de contrato no Brasil.** *Revista USP*, (44), 52-73. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p52-73>
- GLOBAL ROCK ART. **Resumos e Atas Digitais** - Abstracts and Digital Actas. Vol. I Congresso Internacional da IFRAO 2009 – PiauÍ / BRASIL.
- SOUZA, Maria Arminda C. M. de. **Modernidade e preservação. Balbina: O Amazonas e sua primeira hidrelétrica.** Rio de Janeiro, 1995. 306 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, 1995.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. **História da Arqueologia brasileira.** Pesquisas, Antropologia, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, n. 46, 1991.
- SCHIMTZ, Pedro Inácio, “*Seminário de política de preservação arqueológica*” Rio de Janeiro, PUC, 1988.

